

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

**Informações contábeis intermediárias em
31 de março de 2026**

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Informações Contábeis Intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS.....	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS.....	15
8	PARTES RELACIONADAS.....	17
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	19
10	INTANGÍVEL.....	19
11	ATIVOS DE CONTRATO	19
12	FORNECEDORES.....	20
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	21
14	DEBÊNTURES	23
15	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	24
16	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	25
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	25
18	PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	27
19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO.....	28
20	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	29
21	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	31
22	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	32
23	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	32
24	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS.....	33
25	RESULTADO FINANCEIRO.....	34
26	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34
27	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	38
28	COMPROMISSOS FUTUROS.....	39
29	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	39



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações contábeis intermediárias e o relatório do auditor


A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Comentário do desempenho.

Nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias não abrange o Comentário do desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Comentário do desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Comentário do desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Balanco patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025



(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	900.770	466.065	Fornecedores	12	715.462	731.373
Aplicações financeiras	5	168.566	890.697	Fornecedores - risco sacado	12.1	62.928	60.757
Contas a receber de clientes	6	1.348.093	1.163.475	Empréstimos e financiamentos	13	986.975	128.860
Almoxarifado		36.240	36.416	Debêntures	14	196.066	147.139
Impostos e contribuições a recuperar		257.295	256.187	Passivo de arrendamento		1.489	1.456
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		68.320	59.726	Instrumentos financeiros derivativos	26.4	476	-
Depósitos judiciais	17	4.470	4.887	Impostos e contribuições a recolher	15	235.329	249.579
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	236.912	171.104	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		19	16
Instrumentos financeiros derivativos	26.4	-	7.305	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	58.781	86.609
Serviços pedidos		150.073	154.067	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		15.678	16.909
Outras contas a receber		223.061	204.488	Contribuição de iluminação pública		16.986	20.401
Total do ativo circulante		3.393.800	3.414.417	Encargos setoriais		73.075	73.635
				Participação nos lucros		9.437	5.084
Não circulante				Provisão para riscos judiciais	17	415.178	409.941
Contas a receber de clientes	6	133.293	135.858	Benefício pós-emprego		107.341	105.454
Serviços pedidos		50.752	50.752	Outras contas a pagar		178.067	192.591
Impostos e contribuições a recuperar		152.128	184.256	Total do passivo circulante		3.073.287	2.229.804
Depósitos judiciais	17	218.794	210.392				
Instrumentos financeiro derivativos	26.4	-	4.208	Não circulante			
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	223.602	324.444	Empréstimos e financiamentos	13	1.240.050	2.121.823
Benefício pós-emprego		13	12	Debêntures	14	5.681.929	5.654.721
Ativo financeiro da concessão	9	1.182.262	1.116.348	Passivo de arrendamento		3.778	4.149
Intangível	10	3.473.551	3.334.730	Impostos e contribuições a recolher	15	2.654.673	2.630.360
Ativos de contrato	11	1.230.146	1.215.790	Encargos setoriais		66.963	57.667
Direito de uso		4.794	5.173	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	160.228	154.801
Outras contas a receber		809	1.156	Instrumentos financeiro derivativos	26.4	70.142	-
Total do ativo não circulante		6.670.144	6.583.119	Provisão para riscos judiciais	17	617.031	597.000
				Benefício pós-emprego		713.590	723.135
				Outras contas a pagar		94.047	92.620
				Total do passivo não circulante		11.302.431	12.036.276
				Patrimônio líquido negativo			
				Capital social	19.1	3.385.861	3.385.861
				Ajuste de avaliação patrimonial		(1.023.176)	(1.020.717)
				Reserva de capital		1.901	1.865
				Prejuízos acumulados		(6.676.360)	(6.635.553)
				Total do Patrimônio líquido negativo		(4.311.774)	(4.268.544)
Total do ativo		10.063.944	9.997.536	Total do passivo e Patrimônio líquido negativo		10.063.944	9.997.536

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	21	1.758.823	1.562.326
Energia elétrica comprada para revenda	23	(892.792)	(769.091)
Custo de construção		(308.024)	(308.194)
Custo da operação		(141.945)	(124.022)
Custos de energia elétrica, construção e operação	22	(1.342.761)	(1.201.307)
Lucro bruto		416.062	361.019
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(45.814)	(38.577)
Despesas gerais e administrativas	22	(75.222)	(45.710)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	(27.121)	(29.730)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(2.553)	4.423
Total de despesas operacionais		(150.710)	(109.594)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		265.352	251.425
Receitas financeiras	25	468.108	320.859
Despesas financeiras	25	(774.267)	(575.666)
Resultado financeiro		(306.159)	(254.807)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(40.807)	(3.382)
Prejuízo do período		(40.807)	(3.382)
Resultado básico e diluído por ação ordinária	19.2	(0,59786)	(0,04955)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	19.2	(0,59786)	(0,04955)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		68.255	68.255

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período	(40.807)	(3.382)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego)	(2.459)	3.832
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(2.459)	3.832
Total resultados abrangentes	(43.266)	450

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	20.1	-	46	-	-	46
Resultado abrangente do período						
Resultado de <i>hedge accounting</i>	26.4	-	-	3.832	-	3.832
Prejuízo do período		-	-	-	(3.382)	(3.382)
Saldos em 31 de março de 2025		3.385.861	1.616	(1.070.961)	(5.934.351)	(3.617.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.385.861	1.865	(1.020.717)	(6.635.553)	(4.268.544)
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	20.1	-	15	-	-	15
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching Shares</i>	20.3	-	21	-	-	21
Resultado abrangente do período						
Resultado de <i>hedge accounting</i>	26.4	-	-	(2.459)	-	(2.459)
Prejuízo do período		-	-	-	(40.807)	(40.807)
Saldos em 31 de março de 2026		3.385.861	1.901	(1.023.176)	(6.676.360)	(4.311.774)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(40.807)	(3.382)
Ajustes para:		
Amortização	81.650	45.710
Baixa de intangível, financeiro e contratual	7.930	168
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais e marcação a valor justo, líquidas	193.274	106.619
Provisão para riscos judiciais	52.779	42.951
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	27.121	29.730
Baixa de recebíveis incobráveis	195	5.167
Ajuste a valor presente	(5.141)	(3.363)
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	80.447	78.844
Atualização do ativo financeiro	(15.736)	(38.097)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	14.952	12.847
Valores a devolver (receber) de parcela A e outros itens financeiros	7.205	72.506
Provisão para perdas de estoques	(26.354)	(19.458)
Participação nos lucros	4.374	1.544
Rendimentos de aplicações financeiras	(15.572)	(24.470)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	4.917	(2.090)
Atualização geração distribuída	-	(122)
Valor justo das opções de compra	(573)	802
Subtotal	370.661	305.906
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	(204.131)	(194.337)
Almoxarifado	176	(7.412)
Serviços pedidos	(16.037)	(13.882)
Impostos e contribuições a recuperar	(15.771)	200
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(8.594)	3.375
Outros créditos a receber	(18.323)	49.183
Depósitos judiciais	(7.985)	(2.416)
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	882
Fornecedores	(19.479)	44.561
Fornecedores - risco sacado	2.171	1.523
Impostos e contribuições a recolher	57.365	92.837
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	876	-
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(18.303)	(13.117)
Benefício pós emprego	(7.659)	(3.386)
Contribuição de iluminação pública	(3.415)	782
Encargos setoriais	13.815	(8.325)
Participação nos lucros	(21)	(5.640)
Provisão para riscos judiciais	(27.511)	(27.112)
Outras contas a pagar	(12.488)	(40.038)
Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	(285.314)	(122.322)
Juros recebidos de aplicações financeiras	118.485	24.470
Imposto de renda e contribuição social pagos	(873)	-
Juros pagos	(135.520)	(99.702)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de operacionais	67.439	108.352
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativos de contrato	(241.301)	(261.977)
Aplicação (resgate) das aplicações financeiras	619.218	141.121
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	377.917	(120.856)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(10.296)	(4.087)
Amortização do passivo de arrendamento	(355)	(290)
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento	(10.651)	(4.377)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	434.705	(16.881)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	466.065	83.929
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	900.770	67.048
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	434.705	(16.881)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	2.266.422	1.864.115
Receitas de construção	308.024	308.194
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(27.121)	(29.730)
Subtotal	2.547.325	2.142.579
Insumos adquiridos de terceiros (inclui - ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.200.816)	(1.077.285)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(148.156)	(136.681)
Outras despesas	(23.811)	(10.955)
Subtotal	(1.372.783)	(1.224.921)
Valor adicionado bruto	1.174.542	917.658
Amortização	(81.650)	(45.710)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.092.892	871.948
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	473.173	323.758
	473.173	323.758
Valor adicionado total a distribuir	1.566.065	1.195.706
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	14.585	19.585
Benefícios	5.129	5.941
FGTS	3.279	2.568
Subtotal	22.993	28.094
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	480.741	316.120
Estaduais	328.141	277.221
Municipais	9	22
Subtotal	808.891	593.363
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	626.802	421.702
Aluguéis	721	1.965
Outras despesas financeiras	147.465	153.964
Subtotal	774.988	577.631
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(40.807)	(3.382)
	(40.807)	(3.382)
Valor adicionado	1.566.065	1.195.706

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Companhia” ou “CEEE-D”), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot, nº 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (“Equatorial Participações”), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 31 de março de 2026, 2.010.630(*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Continuidade operacional

Quando da elaboração das informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Em relação ao período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve as ações de faturamento e cobrança.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 320.513 (R\$ 1.184.613 em 31 de dezembro de 2025), além de resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo de R\$ 265.352 (R\$ 251.425 em 31 de março de 2025).

A Companhia vem ainda apresentando geração de caixa operacional positivo de R\$ 67.439 e prejuízo de R\$ 40.807 em 31 de março de 2026 (caixa operacional positivo R\$ 108.352 e prejuízo de R\$ 3.382, em 31 de março de 2025). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Fortalecimento das ações de cobrança;
- (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado nas notas explicativas nº 13 - Empréstimos e financiamentos e 14 - Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia;
- (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 145 equipes de combate às perdas em relação ao período findo de 31 de março de 2025 e para o período findo em 31 de março de 2026 foram mantidas 105 equipes com expansão das ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e
- (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle.

A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.2 Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da Companhia está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da Companhia. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A Companhia não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 31 de março de 2026, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.274 (R\$ 4.004 em 31 de março de 2025).

Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A Companhia encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do período, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução.

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrou em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de março de 2026, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas informações contábeis intermediárias da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 1 e CBPS 2.

3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	10.219	28.815
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	890.551	437.250
Subtotal de equivalentes de caixa	890.551	437.250
Total	900.770	466.065

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 31 de março de 2026, equivale a 101,46% do CDI (101,57% em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	139.949	868.154
Cotas de fundos de investimento FIDC	28.617	22.543
Total	168.566	890.697

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 105,06% do CDI (102,02% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A Vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	285.891	171.097	382.027	839.015	257.080	105.488	392.889	755.457
Industrial	10.322	3.229	10.280	23.831	9.610	2.144	10.425	22.179
Comercial	114.035	48.231	107.023	269.289	104.107	29.274	105.966	239.347
Rural	32.368	22.415	26.113	80.896	26.404	9.689	24.939	61.032
Poder público	20.766	2.647	951	24.364	13.430	1.795	775	16.000
Iluminação pública	6.260	683	2.729	9.672	12.022	2.470	3.470	17.962
Serviço público	8.711	1.282	274	10.267	4.387	1.403	234	6.024
Contas a receber de consumidores faturados	478.353	249.584	529.397	1.257.334	427.040	152.263	538.698	1.118.001
Residencial	84.089	14.963	165.141	264.193	83.433	16.733	160.926	261.092
Industrial	2.280	191	4.426	6.897	2.474	148	4.520	7.142
Comercial	45.519	3.969	66.891	116.379	45.808	3.966	67.223	116.997
Rural	27.648	992	4.847	33.487	26.771	830	4.666	32.267
Poder público	78.853	102	25	78.980	78.964	79	25	79.068
Iluminação pública	42.668	154	27	42.849	44.245	550	28	44.823
Serviço público	108	1	-	109	16	1	-	17
Parcelamentos (a)	281.165	20.372	241.357	542.894	281.711	22.307	237.388	541.406
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	343.637	-	-	343.637	284.340	-	-	284.340
Baixa renda (c)	37.857	-	-	37.857	19.305	-	-	19.305
Outras	11.151	-	-	11.151	38.167	-	-	38.167
Subtotal	1.152.163	269.956	770.754	2.192.873	1.050.563	174.570	776.086	2.001.219
(-) PECLD	(67.969)	(43.078)	(600.440)	(711.487)	(65.145)	(33.473)	(603.268)	(701.886)
Total contas a receber de clientes	1.084.194	226.878	170.314	1.481.386	985.418	141.097	172.818	1.299.333
Circulante				1.348.093				1.163.475
Não circulante				133.293				135.858

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 176.936 e (R\$ 182.077 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 5.141, conforme nota explicativa nº 25 – Resultado financeiro;
- (b) As contas a receber de clientes de consumidores não faturados, corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2025	(Provisões)/ Reversões (b)	Baixas	31/03/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(425.314)	(16.452)	11.991	(429.775)
Parcelamentos	(238.568)	(7.781)	4.468	(241.881)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.739)	(1.405)	-	(8.144)
Outras (a)	(31.265)	(1.456)	1.034	(31.687)
Total	(701.886)	(27.094)	17.493	(711.487)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida no período findo em 31 de março de 2026, gerou uma provisão, no montante de R\$ 27.094, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro de R\$ 27.024 e R\$ 70, respectivamente, conforme notas explicativas nº 22 – Custo do serviço e despesas operacionais e nº 25 – Resultado financeiro.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	31/03/2026
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	155.407	35.365	(45.004)	5.708	-	151.476
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	11.887	(2.456)	(4.226)	281	-	5.486
Rede básica (b)	68.501	14.208	(15.099)	2.291	-	69.901
Compra de energia CVA (c)	391.921	(10.842)	(45.751)	17.050	-	352.378
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(15.347)	8.749	802	(400)	-	(6.196)
Transp. Itaipú	6.286	1.206	(1.016)	204	-	6.680
	618.655	46.230	(110.294)	25.134	-	579.725
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (e)	42.769	40.009	4.484	1.598	-	88.860
Neutralidade (f)	(46.589)	(82.798)	14.838	(367)	-	(114.916)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(46.803)	(9.575)	7.728	(108)	-	(48.758)
Compensação créditos PIS/COFINS (g)	70	-	28.536	(777)	(27.829)	-
Risco hidrológico	(191.385)	-	13.271	(2.189)	-	(180.303)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (h)	(6.856)	-	2.159	(128)	-	(4.825)
Outros	125.687	3.974	5.592	5.478	-	140.731
	(123.107)	(48.390)	76.608	3.507	(27.829)	(119.211)
Total	495.548	(2.160)	(33.686)	28.641	(27.829)	460.514
Circulante						
Valores a receber	533.934					569.828
Valores a devolver	(362.830)					(332.916)
Efeito líquido ativo (passivo)	171.104					236.912
Não circulante						
Valores a receber	509.753					454.811
Valores a devolver	(185.309)					(231.209)
Efeito líquido ativo (passivo)	324.444					223.602
Efeito líquido total	495.548					460.514

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$35.365;
- (b) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelo aumento na contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) para 2026, o que resultou em custos com a Rede Básica superiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2025 no valor de R\$ 14.208;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 61.378; (ii); o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 15.531 e (iii) o efeito positivo de R\$ 35.005 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de fevereiro e março não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição negativo de R\$ 10.842;
- (d) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de provisão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, sendo a principal constituição o valor de R\$ 8.749;
- (e) A constituição de R\$ 40.009 deve-se a compra no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia da distribuidora, de R\$ 271,86/ MWh;
- (f) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), ajustados pela taxa SELIC, conforme procedimentos de regulamentação vigente. No período atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 82.798;
- (g) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 18 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; e
- (h) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IPCA deduzido do Fator X. A cada 5 anos é feita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2026, quando também é feito a revisão da base da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3547, de 18 de novembro de 2025 foram reajustadas, em média, 19,53%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Em vigor de 22 de novembro de 2025 a 21 de novembro de 2026.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 7.401 (R\$ 73.808 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 5.399 (R\$ 126.581 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes e R\$ 2.002 (R\$ 52.773 negativos em 31 de dezembro de 2025) pagamento via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas a seguir:

Companhias	Notas	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2025	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesa)
Outras contas a receber							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.995	1.360	2.334	-	1.072	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.559	1.760	748	-	1.775	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	787	556	226	-	731	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.061	742	307	-	653	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	407	399	70	-	301	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.626	2.519	658	-	2.660	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	7	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	7	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	10	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	32	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	8	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	9	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	14	-
Total		10.435	7.336	4.343	-	7.279	-
Outros créditos a receber (bens materiais)							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	305	-	2.116	-	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	1.786	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	363	-	-	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	352	-	107	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	368	-	797	-	-	-
Total		1.388	-	4.806	-	-	-
Fornecedores							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	-	-	(3)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(466)	-	-	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(511)	-	(3.222)	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	-	-	-	-	(693)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	-	-	-	-	(628)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	-	-	-	-	(931)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	-	-	-	-	(1.640)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	-	-	-	-	(762)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	-	-	-	-	(945)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	-	-	-	-	(1.106)	-
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial – ICT	(e)	(299)	-	(115)	-	-	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(1.304)	(197)	(2.342)	-	(964)	-
Equatorial Serviços S.A.	(f)	(3.623)	(3.623)	(5.874)	-	(7.511)	-
Total		(6.203)	(3.820)	(11.556)	-	(15.180)	-
Outras contas a pagar							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(7.905)	(7.856)	(4.323)	-	(4.671)	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(2.194)	(1.667)	(818)	-	(1.727)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(958)	(596)	(344)	-	(734)	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(795)	(514)	(300)	-	(606)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	(144)	(137)	(43)	-	(157)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.929)	(1.819)	(713)	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	(3)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	(10)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	(1)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	(149)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	(4)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	(1)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	-	-	-	-	(7)	-
Instituto Equatorial	(k)	-	(500)	-	-	-	-
Controladora indireta							
Equatorial S.A.	(g)	-	-	(3.312)	-	(9.781)	-
Entidade é plano de benefício pós-emprego							
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV		-	(42)	-	-	(41)	-
Total		(13.925)	(13.131)	(9.853)	-	(17.892)	-

Investimentos em serviço – (bens em comodato)		31/03/2026		31/12/2025	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(h)	105	(105)	107	(107)

(a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;

- (b) Os valores são provenientes da venda de materiais;
- (c) Os valores são provenientes da compra de materiais;
- (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet;
- (e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (g) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (h) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (i) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (j) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas janeiro a março de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa; e
- (k) Refere-se ao reconhecimento de despesas com doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 6.077 (R\$ 6.100 em 31 de dezembro de 2025), conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2026.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos estão apresentados na nota explicativa nº 20 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Total Remuneração fixa anual	663	1.090
Salário ou Pró-labore	649	1.076
Benefícios diretos e indiretos	14	14
Total Remuneração baseada em ações	259	161
Benefícios pós emprego	14	-
Valor total da remuneração	936	1.251

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



8.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - Ativos de contrato	Baixas	31/03/2026
Ativo financeiro	1.312.204	18.569	53.565	(3.387)	1.380.951
Obrigações especiais	(195.856)	(2.833)	-	-	(198.689)
Total ativo financeiro da concessão	1.116.348	15.736	53.565	(3.387)	1.182.262

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	31/03/2026 (-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,51%	6.288.424	(2.634.174)	(180.699)	3.473.551
Total		6.288.424	(2.634.174)	(180.699)	3.473.551

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	31/03/2026
Em serviço	6.089.192	-	(25.386)	224.618	6.288.424
(-) Amortização	(2.570.325)	(84.692)	20.843	-	(2.634.174)
Total em serviço	3.518.867	(84.692)	(4.543)	224.618	3.654.250
Obrigações especiais	(315.386)	-	-	-	(315.386)
(-) Amortização	131.249	3.438	-	-	134.687
Total em obrigações especiais	(184.137)	3.438	-	-	(180.699)
Total	3.334.730	(81.254)	(4.543)	224.618	3.473.551

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		31/03/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato (b)	1.477.329	281.670	(224.618)	(53.565)	1.480.816
(-) Provisão para perda de estoque e obras	(147.704)	26.354	-	-	(121.350)
Obrigações especiais	(113.835)	(15.485)	-	-	(129.320)
Total	1.215.790	292.539	(224.618)	(53.565)	1.230.146

(a) O montante de R\$ 292.539 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no período. Deste total, R\$ 241.301 impactaram o Caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 27.1 – Transações que não afetam caixa, R\$ 3.568 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 17.072 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 4.244 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos e R\$ 26.354, refere-

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



se a provisão para perda de estoque e obra. Adicionalmente, o aumento das adições em relação ao ano anterior está relacionado a aproximação da RTP em 2026, resultando em um saldo maior de adições e capitalizações para garantir uma maior base remuneratória (BRR) até a data de corte da revisão; e

- (b) A Companhia possui, em 31 de março de 2026, o saldo de almoxarifado de R\$ 357.200 (R\$ 364.460 em 31 de dezembro de 2025), classificados como ativos de contrato, referentes a materiais destinados a melhoria e expansão de rede tais como postes, cabos, medidores, religadores e transformadores.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	307.846	311.910
Encargos de uso da rede elétrica	125.977	122.169
Materiais e serviços	275.436	285.738
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	6.203	11.556
Total	715.462	731.373

- (a) O saldo em 31 de março de 2026 apresentou uma redução de R\$ 4.064 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 17.366 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) aumento de R\$ 13.302 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 48 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Em 31 de março de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 62.928 (R\$ 60.757 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa da Companhia em R\$ 134.999, no período findo em 31 de março de 2026 (R\$ 476.469 em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de março de 2026 o prazo médio de pagamento destes títulos é de 38 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2025).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026			31/12/2025		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira							
CDI	1,85%	901.088	-	901.088	75.059	861.806	936.865
Subtotal		901.088	-	901.088	75.059	861.806	936.865
Moeda nacional							
PRÉ-FIXADO	2,35%	22.950	277.637	300.587	6.129	292.741	298.870
CDI	0,34% até 1,10%	45.778	802.286	848.064	30.695	804.899	835.594
IPCA	7,38%	17.758	167.549	185.307	17.576	169.949	187.525
Subtotal		86.486	1.247.472	1.333.958	54.400	1.267.589	1.321.989
Custo de transação		(599)	(7.422)	(8.021)	(599)	(7.572)	(8.171)
Total moeda nacional (R\$)		85.887	1.240.050	1.325.937	53.801	1.260.017	1.313.818
Total empréstimos e financiamentos		986.975	1.240.050	2.227.025	128.860	2.121.823	2.250.683

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	53.801	1.260.017	75.059	861.806	2.250.683
Encargos	27.454	-	12.417	-	39.871
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	396	5.283	(29.470)	(18.724)	(42.515)
Transferências	25.250	(25.250)	843.082	(843.082)	-
Amortizações de principal	(10.296)	-	-	-	(10.296)
Pagamentos de juros	(10.868)	-	-	-	(10.868)
Custo de transação (a)	150	-	-	-	150
Saldos em 31 de março de 2026	85.887	1.240.050	901.088	-	2.227.025

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	986.975	44%
2027	489.197	22%
2028	118.929	5%
2029	118.929	5%
2030	103.716	5%
De 2031 até 2043	416.701	19%
Subtotal	1.247.472	56%
Custo de transação (não circulante)	(7.422)	0%
Não circulante	1.240.050	56%
Total empréstimos e financiamentos	2.227.025	100%

13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants empréstimos	Bank of America	Citibank	Santander
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,7	2,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026			31/12/2025		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional							
CDI	-0,02% até 1,08%	196.875	5.134.650	5.331.525	138.256	5.119.278	5.257.534
IPCA	5,44% até 6,50%	4.957	588.191	593.148	13.752	578.695	592.447
Subtotal		201.832	5.722.841	5.924.673	152.008	5.697.973	5.849.981
Custo de transação		(5.766)	(40.912)	(46.678)	(4.869)	(43.252)	(48.121)
Total moeda nacional		196.066	5.681.929	5.877.995	147.139	5.654.721	5.801.860
Total debêntures		196.066	5.681.929	5.877.995	147.139	5.654.721	5.801.860

14.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	147.139	5.654.721	5.801.860
Encargos	173.520	-	173.520
Transferências	(2.339)	2.339	-
Pagamento de juros	(123.697)	-	(123.697)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a)	-	24.869	24.869
Custo de transação (b)	1.443	-	1.443
Saldos em 31 de março de 2026	196.066	5.681.929	5.877.995

- (a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e
- (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	196.066	3%
2028	402.158	7%
2029	1.474.078	25%
2030	1.365.000	23%
Até 2031 até 2037	2.481.605	42%
Subtotal	5.722.841	97%
Custo de transação (não circulante)	(40.912)	0%
Total Não circulante	5.681.929	97%
Total debêntures	5.877.995	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures	3ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS	33.787	44.033
ICMS parcelamento (a)	142.489	146.557
PIS e COFINS	27.118	25.617
Parcelamento Federal	14.925	14.520
ISS	5.702	4.690
Outros	11.308	14.162
Subtotal	235.329	249.579
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	2.639.748	2.611.000
Parcelamento Federal	14.925	19.360
Subtotal	2.654.673	2.630.360
Total	2.890.002	2.879.939

- (a) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 9.392, refere-se a parcelamentos ordinários, e R\$ 2.772.845 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.406.086	-	1.406.086
Multa	307.226	(184.336)	122.890
Juros	1.059.533	(635.720)	423.813
Total	2.772.845	(820.056)	1.952.789

15.1 Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	142.489	5%
2027	86.447	3%
2028	110.330	4%
2029	119.204	4%
2030	128.077	5%
Após 2030	2.195.690	79%
Não circulante	2.639.748	95%
Total	2.782.237	100%

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



16 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

16.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(40.807)	(40.807)	(3.382)	(3.382)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	10.202	3.673	845	304
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras (adições) exclusões permanentes	(529)	(95)	15.812	5.752
Atualização de Indébito tributário	1.690	608	-	-
Prejuízo fiscal e base Negativa não reconhecidos	(11.363)	(4.186)	(16.657)	(6.056)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	-	-	-	-

16.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 3.209.513 (R\$ 3.193.969 em 31 de dezembro de 2025) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.671.755	2.167.939	8.656.410	2.164.102
Base negativa de CSLL	8.676.760	780.908	8.660.757	779.468
Diferenças temporárias	766.663	260.666	736.466	250.399
Total	18.115.179	3.209.513	18.053.633	3.193.969

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	374.282	12.657	365.577	8.915
Fiscais	-	1.833	-	212
Trabalhistas	533.016	208.774	520.348	206.152
Regulatórios	83.269	-	80.536	-
Ambiental	41.642	-	40.480	-
Total	1.032.209	223.264	1.006.941	215.279
Circulante	415.178	4.470	409.941	4.887
Não circulante	617.031	218.794	597.000	210.392

17.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025		31/03/2026			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cíveis	365.577	7.379	(7.516)	(2.375)	11.217	374.282
Trabalhistas	520.348	20.518	(19.995)	(4.220)	16.365	533.016
Regulatórios	80.536	-	-	-	2.733	83.269
Ambiental	40.480	-	-	(45)	1.207	41.642
Total contingências	1.006.941	27.897	(27.511)	(6.640)	31.522	1.032.209

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas no período; e
(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No período findo em 31 de março de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis	112.878	109.482
Fiscais	97.350	94.722
Trabalhistas	5.886	6.395
Total	216.114	210.599

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

i) Cíveis

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 274.812 (R\$ 266.898 em 31 de dezembro de 2025). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da

gerência jurídica, no montante de R\$ 112.878 (R\$ 109.482 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 78.461 (R\$ 75.868 em 31 de dezembro de 2025). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite.

ii) Trabalhistas

Os processos, cuja possibilidade de perda é avaliada como provável pela Administração, com base na avaliação, estão no montante de R\$ 533.016 em 31 de março de 2026 (R\$ 520.348 em 31 de dezembro de 2025) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2026 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 5.886 (R\$ 6.395 em 31 de dezembro de 2025) para as quais não foi constituída provisão.

iii) Regulatórios

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, o valor de R\$ 73.378, em 31 de março de 2026 (R\$ 70.958 em 31 de dezembro de 2025, refere-se às multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento.

18 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADDEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pela Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	241.410	230.478
Atualização monetária	5.428	14.934
Compensação	(27.829)	(4.002)
Saldo final	219.009	241.410
Passivo		
Circulante	58.781	86.609
Não circulante	160.228	154.801
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	219.009	241.410

18.1 Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	189.207	74%
2027	65.004	26%
Não circulante	65.004	26%
Total	254.211	100%

19 Patrimônio líquido negativo

19.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2025), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, e o capital autorizado é de R\$ 3.885.861 (R\$ 3.885.861 em 31 de dezembro de 2025). As ações, nominativas e sem valor nominal, e principais acionistas estão demonstrados a seguir:

Acionistas	31/03/2026			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	1.087	64.921.670	95,12%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	75.289	178.589	0,26%
Total	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

- a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 31 de março de 2026.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



19.2 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o prejuízo do período com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	31/03/2026			31/03/2025		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do período	(40.709)	(98)	(40.807)	(3.374)	(8)	(3.382)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	(0,59786)	(0,59786)	(0,59786)	(0,04955)	(0,04955)	(0,04955)

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

20 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. Instituiu planos de incentivo aos colaboradores dedicados à Companhia.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

20.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	112.500	26,04	112.500	26,04
Encerradas durante o período/exercício				
Encerramento ao fim do período/exercício 6ª Outorga	112.500	25,73	112.500	25,73
Existentes ao fim do período/exercício	112.500	-	112.500	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2026 era de 4,00 anos (4,00 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Premissas	31/03/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	11,92	11,92
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,77	31,77
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,30	10,30
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,00	4,00
Média ponderada do preço das ações (R\$)	33,05	33,05
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 15 (R\$ 46 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

20.2 Plano de outorga de "Phantom Shares".

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 31 de março de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	221.528	38,41	172.452	31,60
Canceladas/ transferidas durante o período/exercício (a)	(45.571)	-	(13.242)	-
Outorgadas durante o período/exercício	99.735	-	117.318	-
Pagamentos durante o período/exercício	-	-	(55.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	275.692	40,86	221.528	38,41

a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membros do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do IFRS 2/CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo 31 de março de 2026, foi reconhecida uma reversão de R\$ 609 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 756 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



20.3 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

Em ações	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1ª de janeiro	8.201	32,22	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	-	-	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	8.201	32,22	8.201	32,22
Existentes ao fim do período/exercício	8.201	32,22	8.201	32,22

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 21 (sem movimento no período findo em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

21 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de distribuição (a)	1.803.648	1.575.841
Remuneração financeira <i>WACC</i> (b)	23.771	7.301
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	(35.846)	(77.287)
Subvenção CDE - Outros (d)	116.691	54.760
Fornecimento de energia elétrica	1.908.264	1.560.615
Suprimento de energia elétrica (e)	57.794	23.168
Receita pela disponibilidade - uso da rede (f)	237.054	193.353
Receita de construção	308.024	308.194
Atualização do ativo financeiro da concessão	15.736	38.097
Outras receitas	47.574	48.882
Receita operacional bruta	2.574.446	2.172.309
Deduções		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(328.141)	(277.221)
PIS e COFINS	(176.846)	(104.955)
Encargos do consumidor	(15.582)	(13.389)
ISS	(9)	(22)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(278.068)	(192.057)
Penalidades DIF/FIC e outras	(16.977)	(22.339)
Deduções da receita operacional	(815.623)	(609.983)
Receita operacional líquida	1.758.823	1.562.326

- (a) O aumento da receita de distribuição no acumulado de janeiro a Março de 2026, em comparação com o mesmo período anterior, está associado ao crescimento de 19,53% do mercado (soma da energia faturada dos mercados cativo e livre, do uso do sistema e da energia compensada de GD II e GD III), bem como aos efeitos do Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2025, vigente a partir de novembro de 2025, que estabeleceu um reajuste médio de 19,53% nas tarifas de energia elétrica;
- (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (*WACC*) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (c) A variação positiva de R\$ 41.441, entre os trimestres dos ativos e passivos regulatórios, deve-se principalmente por: (i) em relação a constituição houve alteração de posição entre anos, de passiva passou a ser ativa, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 196.050 quando comparado ao período anterior; (ii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



151.322;(iii) efeito negativo em CVA da Bandeira Faturada em R\$ 4.553; (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 1.266;

- (d) O aumento deve-se, principalmente, pelos consumidores livres que apresentaram um crescimento no mercado faturado de 3,1%. Além disso, o processo de RTA de 2025 estabeleceu um reajuste de 19,53% de efeito médio ao consumidor;
- (e) A receita de suprimento de energia elétrica aumentou em 31 de março de 2026 em razão da elevação do PLD no Mercado de Curto Prazo, que passou de R\$ 167,38/MWh em 2025 para R\$ 1.142,84/MWh em 2026, resultando em apuração maior de receita nas vendas desse mercado; e
- (f) A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando expressivo aumento dos consumidores que injetam energia na rede da distribuidora e reduzem seu valor de fatura, que é subvencionado via aporte CDE.

22 Custo do serviço e despesas operacionais

	31/03/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(7.395)	(9.556)	(11.222)	-	(28.173)
Material	(4.940)	(272)	(458)	-	(5.670)
Serviços de terceiros	(57.460)	(35.479)	(26.632)	-	(119.571)
Energia elétrica comprada para revenda – nota explicativa nº 23	(892.792)	-	-	-	(892.792)
Custo de construção	(308.024)	-	-	-	(308.024)
PECLD - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(27.024)	(27.024)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(21.257)	-	(21.257)
Amortização	(72.148)	-	(9.502)	-	(81.650)
Outros	(2)	(507)	(6.151)	(97)	(6.757)
Total	(1.342.761)	(45.814)	(75.222)	(27.121)	(1.490.918)

	31/03/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(12.166)	(10.208)	(7.022)	-	(29.396)
Material	(1.989)	(445)	(165)	-	(2.599)
Serviços de terceiros	(69.793)	(27.006)	(14.742)	-	(111.541)
Energia elétrica comprada para revenda – nota explicativa nº 23	(769.091)	-	-	-	(769.091)
Custo de construção	(308.194)	-	-	-	(308.194)
PECLD - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(28.857)	(28.857)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(15.377)	-	(15.377)
Amortização	(39.762)	-	(5.948)	-	(45.710)
Outros	(312)	(918)	(2.456)	(873)	(4.559)
Total	(1.201.307)	(38.577)	(45.710)	(29.730)	(1.315.324)

23 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2026		31/03/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão	1.281	(270.611)	1.253	(265.606)
Contratos Eletronuclear	43	(18.736)	71	(23.344)
Contratos cotas de garantias	242	(78.824)	289	(51.729)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (a)	-	(48.557)	-	(37.248)
Energia bilateral	2	(2.443)	5	(2.421)
Energia de curto prazo – CCEE (b)	-	(216.696)	-	(88.601)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	36	(22.976)	39	(25.432)
Itaipu (c)	348	(88.294)	353	(81.235)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	81.878	-	70.567
Geração distribuída (d)	-	22.599	-	(44.641)
Subtotal	1.952	(642.660)	2.010	(549.690)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	(250.132)	-	(219.401)
Total	1.952	(892.792)	2.010	(769.091)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)



- (a) O aumento nas despesas associada ao ESS no período findo em 31 de março de 2026 deve-se ao aumento no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito quando a geração de energia solar diminui ao final do dia, o que faz o ONS despachar usina térmica, ocasionando aumento dos pagamentos associados a este encargo;
- (b) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 128.095, em virtude do aumento da despesa dos itens que compõe o Mercado de Curto prazo no período findo em 31 de março de 2026 em relação a 31 de março de 2025;
- (c) A variação decorre dos custos do contrato da Usina de Itaipu e de seus impactos na liquidação na CCEE, no âmbito do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores resultaram em um aumento de 8,69% nas despesas em relação a 2025, influenciado pela variação cambial em 2026. Adicionalmente, houve elevação da despesa associada ao efeito da contratação de Itaipu, em função de menor geração em relação ao mesmo período de 2025, o que demandou maior aquisição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD superior em relação a 2025; e
- (d) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMGD não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025.

(*) não revisado.

24 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	3.516	103
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	26.354	19.458
Total de outras receitas operacionais	29.870	19.561
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(28.370)	(5.942)
Indenização por danos a terceiros	(2.404)	(2.845)
Reversão (baixa) de recebíveis incobráveis (c)	(195)	(5.167)
Outras despesas operacionais	(1.454)	(1.184)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(32.423)	(15.138)
Total	(2.553)	4.423

- (a) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;
- (b) Estes saldos referem-se, principalmente, a baixas de poste, condutores, religadores e transformadores, que foram baixados por estarem danificados por ações climáticas ou através do uso e findando sua vida útil; e
- (c) No período findo em 31 de março de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 17.694 e R\$ 17.499 (sendo R\$ 17.493 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, e R\$ 6 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 195.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



25 Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	43.696	24.470
Valores a receber/devolver parcela A	40.164	20.580
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	201.626	163.526
Acréscimo moratório de energia vendida	16.192	22.836
Receita financeira de AVP	5.193	3.363
PIS/COFINS sobre receita financeira	(5.063)	(3.943)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	511	2.090
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (e)	151.583	72.074
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	182	-
Outras receitas financeiras	14.024	15.863
Total de receitas financeiras	468.108	320.859
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (c)	(210.740)	(139.380)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(282.069)	(242.394)
Valores a receber/devolver parcela A	(11.523)	(15.799)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (e)	(133.937)	(39.653)
Despesa financeira de AVP	(52)	-
Atualização de contingências	(31.522)	(27.574)
Multas	(779)	(1.201)
Juros, multas s/ operação de energia	(25)	(139)
Despesa com aval	(3.312)	(12.051)
Encargos sobre déficit atuarial	(22.540)	(24.274)
Juros, multas s/ impostos	(58.573)	(54.796)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(252)	-
Outras despesas financeiras (d)	(18.943)	(18.405)
Total de despesas financeiras	(774.267)	(575.666)
Total do resultado financeiro	(306.159)	(254.807)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da disponibilidade de caixa e aplicações financeiras da Companhia no período, em comparação ao período findo em 31 de março de 2025;
- (b) Refere-se à contratação de operações de *swap*, designadas como *hedge* de fluxo de caixa, nas quais o principal impacto da resultante despesa está relacionado à queda de 5,1% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de março de 2026. Semelhando ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que a variação também resultou em despesa, devido à queda de 7,27% no valor do dólar, que passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025;
- (c) Em 31 de março de 2026, o aumento na despesa, deu-se principalmente em função do crescimento da dívida da Companhia em 42%, em relação ao período findo em 31 de março de 2025;
- (d) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de encargos, juros e multas do parcelamento de ICMS, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 15 – Impostos e contribuições a recolher; e
- (e) No acumulado até 31 de março de 2026, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 5,1% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 5,22 em 31 de março de 2026. Semelhando ao movimento ocorrido no primeiro trimestre de 2025, em que essa variação resultou em receita líquida, devido à queda de 7,27% no valor do dólar, que passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.4 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e nº 14.4 *Covenants* das debêntures.

26.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa.

Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

26.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	168.566	168.566	890.697	890.697
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.481.386	1.481.386	1.299.333	1.299.333
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	11.513	11.513
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	460.514	460.514	495.548	495.548
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	1.182.262	1.182.262	1.116.348	1.116.348
Total do ativo			3.292.728	3.292.728	3.813.439	3.813.439

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	715.462	715.462	731.373	731.373
Fornecedores – Risco Sacado	-	Custo amortizado	62.928	62.928	60.757	60.757
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	1.802.992	1.802.627	1.824.299	1.833.152
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	424.033	424.033	426.384	426.384
Debêntures	-	Custo amortizado	4.656.905	4.527.456	4.603.979	4.544.943
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	1.221.090	1.221.090	1.197.881	1.197.881
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	70.618	70.618	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo Amortizado	5.267	5.267	5.605	5.605
Total do passivo			8.959.295	8.829.481	8.850.278	8.800.095

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)



26.4 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em Moeda Estrangeira	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de hedge	Juros	Indexadores	Valor Justo		
									31/03/2026	31/12/2025	
Itaú	23/12/2022	15/12/2029	-	250.000	Bullet	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	(18.718)	(14.577)	
Citibank	30/06/2023	27/01/2027	120.000	583.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	19.614	68.685	
Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	48.000	233.760	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	USD + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	(928)	20.643	
XP	19/06/2024	15/05/2036	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(23.917)	(26.431)	
BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	420.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,24% a.a.	(38.716)	(28.972)	
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(586)	(3.806)	
Bradesco	22/07/2025	15/08/2043	-	430.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,3350% a.a.	(7.367)	(4.029)	
Total									(70.618)	11.513	
									Ativo (Passivo) circulante	(476)	7.305
									Ativo (Passivo) não circulante	(70.142)	4.208
									Efeito líquido total	(70.618)	11.513

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de instrumentos financeiros em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026	31/03/2025
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.467.560	(70.618)	2.467.560	89.329	(2.459)	3.832

26.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 28.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

27 Demonstração dos fluxos de caixa

27.1 Transações que não afetam caixa

O IAS 7/CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferência de ativos de contrato para ativo intangível	224.618
Transferência de ativos de contrato para ativo financeiro	53.565
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	3.568
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	17.072
Total atividades de investimento	298.823
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	4.244
Resultado de <i>hedge accounting</i>	(2.459)
Total atividades de financiamento	1.785
Total	300.608

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



27.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros	Mudança no valor justo	Outros (a)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	2.250.683	(10.296)	(10.868)	-	(2.494)	2.227.025
Debêntures	5.801.860	-	(123.697)	-	199.832	5.877.995
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(775)	2.459	80.447	82.131
Passivos de arrendamento	5.605	(355)	(180)	-	197	5.267
Total	8.058.148	(10.651)	(135.520)	2.459	277.982	8.192.418

- (a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

28 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2027	2028	2029	Após 2029 (*)
Energia contratada (em R\$ mil)	2027 a 2037	1.652.541	2.316.657	2.426.103	28.680.533
Energia contratada (em MhW)	2027 a 2037	5.518.075	7.725.854	7.804.475	76.979.865

(*) estimado em 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

29 Eventos subsequentes

Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho"

Em 30 de abril de 2026, a Companhia realizou a migração dos débitos de ICMS anteriormente parcelados no âmbito do Programa REFAZ Energia Elétrica (Decreto Estadual nº 55.577/2020) para o Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", instituído pela Lei Estadual/RS nº 16.241/2024, regulamentado pelo Decreto nº 58.264/2025 e pelo Edital Conjunto PGE-RS/Receita Estadual nº 02/2025, transferindo saldo de R\$ 911.460. A transação prevê redução de 75% sobre juros e multas, sem desconto sobre o valor principal da dívida, o que resultou em benefício econômico de R\$ 354.583. Ainda nos termos da transação celebrada, a liquidação do saldo ocorrerá mediante pagamento de 40% em espécie, em quatro parcelas mensais com início em 30 de abril de 2026, e quitação dos 60% remanescentes por meio de compensação com precatórios estaduais.

Liquidação de recurso da 11ª (décima primeira) Emissão de Debêntures

Em 30 de abril de 2026, ocorreu a liquidação de recursos da 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante total de R\$ 750.000,00, com prazo de 7 anos, amortização no 5º, 6º e 7º ano, juros semestrais e sem carência, ao custo de CDI + 0,75% a.a.. Os recursos da emissão serão destinados à gestão ordinária dos negócios da emissora.

Captação de empréstimo

Em 29 de abril de 2026, foi liquidada a operação contratada junto ao *Scotiabank* via Lei nº 14.286 (que altera a Lei nº 4.131), no valor de USD 100.000, com o custo de USD + 4,7390% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 0,98% a.a., perfazendo o montante de R\$ 495.500, prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais. O recurso será destinado para gestão ordinária da Companhia.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Vice-Presidente

David Abdalla Pires Leal

Marcos Antônio Souza de Almeida

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Dorgival Soares da Silva

Thiago Wolf Pereira

Vanderlei Dominguez da Rosa

Maria Salete Garcia Pinheiro

Suplentes

Adilson Celestino de Lima

Francisco Renato da Costa Garcez

Marízio Martins da Costa

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho

Rafael de Souza Morsch

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Riberto José Barbanera
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS